

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NOS SALDOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE POR ESTADOS E REGIÕES (1986-2006)

Silvana Nunes de Queiroz

Doutoranda em Demografia pela UNICAMP
Professora do Departamento de Economia da URCA

José Márcio dos Santos

Mestre em Economia pela UFPB
Professor do Departamento de Economia da URCA

Resumo

Num país de dimensões continentais como o Brasil, as migrações internas tem se manifestado desde o período colonial, vindo a se consolidar notadamente com o processo de industrialização a partir dos anos 1950. Desde então houve a caracterização de regiões de origem/expulsão de migrantes, como o Nordeste brasileiro e o estado de Minas Gerais, e regiões de destino/atração, como o Sudeste, em especial o estado de São Paulo. Porém, tais padrões vêm apresentando mudanças significativas. O presente artigo se propõe a examinar as recentes mudanças na dinâmica migratória interna brasileira, embasando teoricamente os possíveis determinantes que corroborem para estes resultados. A base de dados utilizada constituiu-se nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, e nas PNADs de 2001 a 2006. Observou-se que durante a década de 1990 ocorreram poucas mudanças nos saldos migratórios, com a manutenção dos padrões migratórios observados na década de 1980. Todavia, os primeiros anos do século XXI apresentam importantes reversões nos recentes saldos migratórios internos em algumas regiões e Estados brasileiros.

Palavras-chave: Migração Interna, Saldos Migratórios, Tendências Demográficas.

Abstract

In a country of continental dimensions like Brazil, internal migrations has been manifesting since colonial period, coming consolidating especially with the industrialization process starting from 1950. Ever since there was a characterization of source's areas of migrants, as the Brazilian Northeast and the State of Minas Gerais, and destination's areas, as the Brazilian Southeast, especially the State of São Paulo. However, such patterns are presenting significant changes. The present article intends to examine the recent changes in Brazilian internal migratory dynamics, basing possible determinants that corroborate these results theoretically. The data base used was constituted of Demographic Censuses data of 1991 and 2000, and in PNADs of 2001 to 2006. It was observed that happened few changes in the migratory balances during the decade of 1990, with conservation of the types of migratory patterns observed in the decade of 1980. Though, the first years of XXI century present important inflections in the internal migratory balances in some areas and Brazilian states.

Keywords: Internal Migration, Migratory Balances, Demography Trends

1. Introdução

A dinâmica migratória brasileira na década de 1980 apresentou intensas modificações. Essas mudanças segundo estudiosos é resultado das inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trará consigo vários efeitos em termos econômicos, políticos e sociais; como por exemplo, a crise interna dos anos oitenta; a desconcentração industrial que se pronuncia desde o início dos anos 1970 e se intensificou nos anos 1980, as políticas neoliberais iniciadas na Inglaterra e nos Estados Unidos no final dos anos setenta e, que no final dos anos oitenta dava os seus primeiros sinais no Brasil através das privatizações e terceirizações dos serviços; da guerra fiscal entre os Estados; da queda na taxa de fecundidade; do aumento da violência etc.

Diante destes acontecimentos, o que têm se presenciado no caso específico do Brasil desde os anos 1980 e, que se agravou durante toda a década de 1990, foi o surgimento de elevadas taxa de desemprego em todo o país, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, grande absorvedora de mão de obra de migrantes de todo o país desde a década de 1950. Assim, como alternativa para o desemprego urbano, as saídas encontradas pelos migrantes foram basicamente duas: permanecer nos grandes centros urbanos, na tentativa de nova oportunidade de emprego, mesmo que no crescente mercado de trabalho informal ou emigrar para outras áreas de destino.

Neste contexto, convém lembrar que Myrdal (1972) entende que a dinâmica demográfica de um país, particularmente as migrações internas, tem como origem as desigualdades regionais. Assim, os fluxos migratórios tendem a acompanhar as transformações na sua dinâmica econômica, visto que, de modo geral, ocorre grande tendência dos migrantes deslocarem-se em busca de emprego nas regiões mais industrializadas e/ou desenvolvidas do país, diante das desigualdades regionais que caracterizam o processo de desenvolvimento capitalista. Todavia, segundo Martine (1994), nos dias atuais a dinâmica populacional brasileira apresenta ainda em pequena escala um novo tipo de movimento migratório, conhecido como contra-urbanização e, que não está associado somente na busca de emprego, mas também na procura de uma melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é o de examinar as recentes mudanças nos deslocamentos populacionais no Brasil, a partir dos resultados dos saldos migratórios e/ou trocas líquidas entre o número de imigrantes e o de emigrantes, procurando também apresentar os possíveis determinantes para tais mudanças. A base de dados utilizada constituiu-se nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) entre os anos de 2001 a 2006.

Além desta introdução, o presente trabalho encontra-se dividido em mais cinco seções. A segunda seção abordará os aspectos teóricos referentes aos deslocamentos populacionais. A terceira seção discutirá as abordagens apresentada por diversos estudiosos sobre os elementos determinantes dos deslocamentos populacionais no Brasil. Na quarta parte serão analisados os resultados dos saldos migratórios obtidos a nível regional no período 1986 a 2006. A quinta seção abordará os resultados dos saldos migratórios em nível estadual, também dentro do período de 1986 a 2006. Por fim serão feitas as considerações finais acerca do tema discutido.

2. ASPECTOS TEÓRICOS DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

Os deslocamentos demográficos devem ser compreendidos, em sua maioria, como uma resposta dos indivíduos às situações de ordem econômica, onde a mudança geográfica é

justificada como alternativa para a obtenção de melhores rendimentos. Sob este ângulo, alguns teóricos prestaram contribuições definitivas acerca da evidente inter-relação existente entre os fenômenos migratórios e os fatos econômicos.

Ravenstein (1980) afirma que existe um elo entre os movimentos populacionais e os deslocamentos das atividades econômicas. De acordo com este autor, os migrantes sempre estão dispostos a migrarem para as regiões em que o comércio e a indústria são mais desenvolvidos com o objetivo de serem inseridos no mercado de trabalho e melhorarem a sua situação financeira. Apesar de Ravenstein (1980) não especificar os motivos específicos que geram as migrações, fica evidente que estas decorrem em função dos desequilíbrios sócio-espaciais de natureza econômica, causado principalmente por diferenças salariais e abundância (ou escassez) de mão-de-obra em algumas regiões. Desta forma, ele conclui que fenômenos migratórios são fatores equilibrantes entre as regiões estagnadas (de expulsão) e as regiões prósperas (de atração).

Por sua vez, Lee (1980), outro estudioso das migrações, direciona sua abordagem na análise dos fatores que motivam a saída dos locais de origem, caracterizados como regiões de expulsão, e os elementos determinantes a escolha do local de destino – definidos por Lee como regiões de atração. Na visão deste autor, o ato migratório não é uma decisão completamente racional, sendo o resultado de uma série de fatores voluntários e involuntários. Sob este pensamento, o raciocínio essencial da teoria proposta por Lee é que “a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional” (Lee, 1980, p. 103).

Contrapondo-se a Lee, Sjaastad (1980) sustentava que o ato migratório era resultado de uma escolha racional por parte do indivíduo, haja vista que possui – ou pode disponibilizar – total conhecimento acerca do local de destino; podendo assim inferir sua conclusão de forma mais pragmática. Dentre os teóricos da corrente neoclássica da demografia, Sjaastad (1980) é quem aborda a migração interna com um enfoque mais econômico. A decisão de migrar seria decorrente da análise individual acerca dos custos e retornos (monetários e não monetários) provenientes do ato de migrar. Sendo o migrante um agente racional, a decisão de migrar ocorreria quando a probabilidade dos retornos obtidos com a nova localização excederem aos custos. Para o autor, a migração não deve ser interpretada apenas sob a ótica da promoção do equilíbrio entre os mercados de trabalho; mas tratada inclusive como um investimento, que apesar de gerar custos, é capaz de propiciar retornos em capital humano.

A concepção da migração como um investimento também é defendida por Theodore Schultz. Estudioso da economia do trabalho, Schultz (1967) afirma que a migração está intimamente relacionada com a necessidade dos indivíduos em obter melhores ganhos ou rendimentos. A partir de formulação da teoria do Capital Humano, Schultz coloca que a qualificação adquirida ao longo da vida pelo indivíduo permite-lhe expandir sua capacidade produtiva, proporcionando a obtenção de maiores rendimentos e aceitabilidade no mercado de trabalho. Dentro deste contexto, além das despesas como educação, o autor enfatiza a importância dos gastos referentes a deslocamento espaciais, ou seja, à migração. As despesas como migração são vista como um investimento, haja vista que permitirão ao indivíduo adquirir rendimentos maiores do que aqueles que ele auferia na região de origem.

Além do papel característico de promover a realocação espacial da mão-de-obra, o ato migratório pode ser interpretado como um elemento dinâmico no processo de desenvolvimento econômico de uma nação. Esta é a afirmação feita por Arthur Lewis (1954). A partir da construção de um modelo econômico baseado numa economia que possui dois setores, um de subsistência rural tradicional e outro industrial urbano moderno, Lewis demonstra que o produto desta economia crescerá, bem como salários e lucros, na medida em que a mão-de-obra concentrada nas áreas rurais desloca-se para os centros urbanos industriais. Isto se deve a suposição da existência de um excedente de mão-de-obra no meio rural, que

atraído pelos maiores salários do meio urbano, que migra em direção as cidades, constituindo-se nos trabalhadores a serem contratados e que serão responsáveis por expandir a produção no setor industrial. Apesar das críticas, o modelo de Lewis baseado na migração rural-urbano descreve um modelo de crescimento observado por algumas economias atualmente desenvolvidas – como, por exemplo, os Estados Unidos e alguns países europeus.

Dentro da concepção neoclássica, os movimentos populacionais são abordados como mecanismos equacionadores dos desequilíbrios, de fatores e de rendas, entre as diversas regiões. Os desajustes causados pela estrutura heterogênea na qual ocorre o crescimento econômico entre as regiões provocam disparidades entre as alocações de fatores e os níveis de produtividade e, por conseguinte, nas taxas de salário. Assim, os deslocamentos populacionais seriam uma forma de resposta a estas distorções, promovendo um processo de realocação do fator trabalho. Desta forma, a perfeita mobilidade da mão-de-obra possibilitaria a convergência dos salários ao equilíbrio em mercados competitivos, reduzindo as desigualdades de renda. Sob este contexto, o principal motivador das migrações seria as existências de desigualdade de renda e salários entre as regiões (CANÇADO, 1999).

Seguindo uma visão mais heterodoxa, Singer (2002) afirma que as migrações, sobretudo internas, têm origem nas desigualdades regionais. Na sua abordagem os fluxos migratórios são determinados sob um contexto de mudanças conjunturais e estruturais, resultantes do desenvolvimento do capitalismo. Sob este contexto, as desigualdades regionais estimulam as migrações ao promover o fluxo de mão-de-obra das áreas estagnadas e atrasadas para regiões prósperas e modernas. Assim, o ato de migrar das áreas rurais estagnadas em direção aos centros urbanos em processo de industrialização não seria uma escolha subjetiva, mas o fruto da necessidade de inserção no mercado de trabalho e de obtenção de renda. Desta forma, os movimentos migratórios devem ser interpretados como um deslocamento espacial da mão-de-obra entre os modos de produção (SINGER, 2002).

Diante dos referenciais teóricos apresentados, ratifica-se a afirmação de que os atos migratórios estão estreitamente associados aos eventos de ordem ou natureza econômica. Assim, a diversidade de acontecimentos econômicos pode levar a ocorrência de fenômenos migratórios intensos, que podem ser caracterizados pela formação de fluxos pré-definidos de migrantes ou na estipulação de regiões de atração ou expulsão de migrantes.

3. POSSÍVEIS FATORES EXPLICATIVOS DAS RECENTES MUDANÇAS NOS SALDOS MIGRATÓRIOS BRASILEIRO

Desde o início dos anos 1980 começa a se pronunciar mudanças crescentes na economia internacional e nacional, que trará consigo vários efeitos em termos econômicos, políticos e sócio-demográfico. Particularmente, estes acontecimentos também influenciaram as recentes alterações na dinâmica migratória brasileira. Nesse sentido, surgiram perguntas e opiniões de diversos estudiosos da temática sobre essas mudanças e os seus efeitos sobre as migrações internas. Esta seção limita-se a apresentar as opiniões de pesquisadores como Martine (1994), Pacheco e Patarra (1997) e Cano (1997), a respeito dos principais determinantes dos deslocamentos populacionais no Brasil.

Existem interrogações e opiniões divergentes dos estudiosos a respeito dos fatores explicativos sobre a nova dinâmica migratória brasileira. Nesse sentido, seria interessante saber os principais fatores que contribuíram para essas alterações, pois só assim, entenderemos a complexidade e a relevância deste tema na atualidade. Na opinião de Martine:

A história futura certamente consagrará a década de oitenta como uma das mais marcantes do século XX. As transformações mais notáveis, evidentemente, ocorreram no domínio político-econômico. Mas a área populacional também se

caracterizou por mudanças extremamente importantes, embora menos conhecidas. No Brasil, a magnitude da metamorfose demográfica foi tão significativa quanto inesperada (MARTINE, 1994, p. 5).

Nesse contexto, segundo Martine (1994), existem cinco fatores que teriam contribuído em grau maior ou menor, para as recentes mudanças nos deslocamentos populacionais brasileiros e conseqüentemente nos saldos migratórios das regiões e UFs¹, que são:

i) A desconcentração industrial: apesar deste processo ter se iniciado no final dos anos 1960, tendo maior ênfase a partir de meados dos anos 1970, o seu impacto sobre a desconcentração demográfica começará a surtir efeito somente no início dos anos 1980, com a forte redução no ritmo de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. Dessa forma, com a desconcentração das unidades produtivas industriais da RMSP para o interior do estado e, até mesmo para outras regiões brasileiras, implicou na redução significativa da concentração populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, principalmente na RMSP;

ii) A contrametropolização ou contra-urbanização: este é um tipo de movimento populacional que foi observado pela primeira vez na década de 1970 nos Estados Unidos e, a seguir na Europa Ocidental e no Japão, onde as cidades localizadas fora da Região Metropolitana cresciam mais rápido que as dentro dela. A explicação para estas afluências populacionais têm haver com a escolha de uma melhor qualidade de vida (locais sem poluição ambiental, sonora, visual, etc.). No caso da Região Sudeste, especificamente a Região Metropolitana de São Paulo já presencia algumas evidências de tais movimentos, para algumas classes sociais da População Economicamente Ativa - PEA, que na busca de melhor qualidade de vida e, de maior segurança, dada o alto grau de violência nas grandes metrópoles, decidem trabalhar no interior. Porém, em muitos casos essas pessoas continuam trabalhando nos grandes centros e, morando em cidades do interior, próxima da Região Metropolitana. Mas existem aqueles que preferem mudar para estados menores;

iii) O efeito cumulativo de novos e velhos padrões na fronteira: as fronteiras agrícolas desde a década de 1930 pode ser vista como tendo importante papel de amortecer/retardar de alguma forma as migrações para as áreas mais urbanizadas. O que se percebe é que estes movimentos de fronteira que ocorreram até a década de 1980 em direção a Rondônia e a Amazônia foram os últimos processos de interiorização do Brasil. Portanto, o acúmulo deste processo nos últimos cinquenta anos acabou por absorver grande contingente populacional no interior, diminuindo o crescimento demográfico e as migrações. Nos dias atuais, observa-se que as cidades fronteiriças absorvem parte do refluxo de migrantes que não encontram postos de trabalho nas cidades desenvolvidas;

iv) A crise: na literatura econômica a década de 1980 é conhecida como a “década perdida”, dado o alto grau de empobrecimento da população e a estagnação profunda evidenciada nesta época. No contexto da crise, os seus impactos em termos populacionais foram no sentido de diminuir os movimentos migratórios, inclusive o êxodo rural. Como as cidades industrializadas passaram a crescer em um ritmo lento e, a demanda por mão-de-obra diminuiu consideravelmente, verificando com isso, crescente taxa de desemprego até então nunca vista no país, isto teria desestimulado os fluxos migratórios em direção a outras regiões, em detrimento dos movimentos de menor distância, como é o caso das migrações interestadual e intra-estadual que se intensificaram. É nesse período que as capitais do Nordeste apresentam altas taxas de crescimento, ou devido o custo de locomoção, ou pela falta de atração para outras regiões, dado as altas taxas de desemprego;

v) A queda da fecundidade e a inércia da dinâmica demográfica: a partir do início dos anos oitenta a taxa de fecundidade vem diminuindo consideravelmente em todo o Brasil,

¹ Unidades da Federação.

fenômeno este de grande importância, pois afetou o ritmo e a forma de crescimento metropolitano. Teve grande importância a velocidade e o nível de queda na taxa de fecundidade nas áreas urbanas, pois a zona rural apesar de ter diminuído, ainda assim é considerada alta.

As mudanças na dinâmica populacional apresentadas no Brasil da década de 1980 em diante, merecem maior atenção. Na opinião de Pacheco e Patarra (1997) o que mais chamou a atenção foram os dados do Censo Demográfico de 1991, que mostrou claramente a inversão nos fluxos migratórios da Região Metropolitana de São Paulo, “que passou de um saldo migratório positivo de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas para 700 mil pessoas no período seguinte” (PACHECO e PATARRA, 1997, p. 46). Na interpretação destes autores os principais determinantes para estas mudanças nos deslocamentos populacionais são os seguintes:

i) Processo de desconcentração econômica: diferentemente de Cano (1997), os referidos autores acreditam que o processo de desconcentração econômica tenha sido mais evidenciado a partir de meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, nesse sentido, não há motivo para acreditar numa inflexão deste processo e/ou a volta da reconcentração, dado que mesmo sendo num menor ritmo, ainda assim, nos anos 1990 presencia-se a continuidade do processo de desconcentração industrial da Grande São Paulo, principalmente no sentido da periferia nacional (Região Norte, Nordeste e Centro Oeste) e, do interior do Estado de São Paulo;

ii) Crise no início dos anos 1980: com a redução do ritmo de crescimento da economia brasileira entre 1980 e 1983, o que se presencia é uma forte recessão, aumento da taxa de desemprego e elevada inflação, que diminuirá a renda, ou melhor, o poder aquisitivo do trabalhador, desestimulando as migrações para as regiões mais desenvolvidas e, aumentando portanto, as migrações de curta distância e de retorno;

iii) Declínio acentuado da fecundidade: talvez um dos mais importantes acontecimentos ocorridos no Brasil a partir dos anos oitenta, pois ocorreu em todas as regiões do país, porém com grau diferenciado entre as regiões e classes sociais. Na zona urbana de todo o país e nas regiões mais desenvolvidas a queda da taxa de fecundidade foi alta e veloz, já nas regiões menos desenvolvidas e, principalmente na zona rural, apesar de também terem diminuído a sua taxa de fecundidade, ainda assim continuam altas. Como é na zona urbana onde se presencia as maiores queda na taxa de fecundidade, isto é um dos motivos da população das Regiões Metropolitanas passarem a crescerem num menor ritmo.

Por sua vez, Cano (1997) procura explicar as mudanças na dinâmica populacional do Brasil, através de seis importantes acontecimentos ocorridos na economia brasileira nestes últimos anos, que são os seguintes:

i) Crise dos anos oitenta e maturação dos investimentos realizados para o resto do país entre 1975 e 1985: a combinação destes dois fatores teve impacto “negativo” no Estado e na Região Metropolitana de São Paulo, na qual “diminui os movimentos migratório de 53% entre 1970/1980, para 37% no período compreendido entre 1980/1991”, (CANO, 1997, p.127), devido a sua baixa atratividade, sugerindo o crescimento das migrações de retorno;

ii) Expansão dos gastos público de governos locais, a “guerra fiscal” e as políticas de turismo interno: estes três acontecimentos também se complementam como determinantes na inversão e/ou mudanças nos fluxos migratórios, dado a urbanização da periferia e a expansão dos seus mercados internos;

iii) Fenômeno de desconcentração produtiva é um dos principais determinantes da migração de retorno e do surgimento de novos tipos de fluxo migratório, como por exemplo, migração de trabalhadores mais bem treinados/especializados para as regiões periféricas, visto que estas regiões agora necessitam de trabalhadores mais qualificados, diante do surgimento de serviços mais diversificados na periferia.

iv) Interiorização do desenvolvimento econômico: entre 1975 e 1985 presenciou-se forte deslocamento de atividades da Região Metropolitana de São Paulo para o interior paulista. Esse deslocamento caracterizou-se por ser bastante diversificado, pois ocorreu tanto no setor agro-industrial, industrial, como no terciário, impactando grande saída de fluxo migratório para o interior de São Paulo.

v) A política neoliberal: com a abertura da economia brasileira em 1990 com Collor de Mello e, aprimorada e desenvolvida no governo Fernando Henrique Cardoso, o que se viu foi o fechamento de pequenas e médias empresas nacionais que não conseguiram competir com as multinacionais e, o conseqüente aumento do desemprego por todo o Brasil, porém com maior impacto no Rio de Janeiro e em São Paulo, que diminuíram consideravelmente seu fluxo imigratório e/ou entradas.

vi) Disseminação por todo o Brasil da violência e criminalidade: entenda-se violência e criminalidade como o conjunto de problemas sociais que aumentaram em todo o país, passando o roubo, o furto, o tráfico, e o seqüestro a serem fontes de renda e de emprego. Nesse sentido, diante do crescimento da periferia, este tipo de problema também migra para estas regiões.

Diante do apresentado acima, ficou claro que na opinião dos estudiosos os três principais determinantes das recentes mudanças na dinâmica migratória brasileira seriam a crise dos anos 1980, a desconcentração industrial e a queda na taxa de fecundidade.

4. SALDOS MIGRATÓRIOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS ENTRE 1986 A 2006

Esta seção identifica e analisa as principais alterações nos saldos migratórios das cinco regiões brasileiras durante o período de 1986 a 2006. Conforme destacado anteriormente, a base de dados utilizada constituiu-se no uso das informações provenientes dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) dentre os anos de 2001 a 2006.

Acerca dos dados disponibilizados pela PNAD, Brito e Carvalho (2006) argumenta que:

Sabe-se que os dados das PNADs, mormente aqueles referentes a fenômenos rarefeitos, como é o caso da migração, devem ser considerados com cautela, por provirem de uma amostra relativamente pequena. Para se inferir sobre o provável comportamento das trocas migratórias interestaduais inter-regionais no Brasil reveladas pelas PNADs da década presente, é aconselhável lançar mão, também, dos censos demográficos de 1991 e 2000. Se os dados das PNADs confirmam tendências já anunciadas pelas informações censitárias, mais robustas serão as inferências (BRITO E CARVALHO, 2006, p. 442).

No tocante aos saldos migratórios das regiões brasileiras ao longo de vinte anos (1986-2006) as principais transformações em análise podem ser observadas na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Saldos migratórios das regiões brasileiras entre 1986 a 2006

Região	Saldos Migratórios			
	1986 a 1991	1995 a 2000	2001 a 2005	2006
Norte	72.743	62.686	-3.077	9.691
Nordeste	-876.536	-764.047	-110.104	-53.423
Sudeste	640.128	458.587	-118.275	-153.908
Sul	-185.371	-19.195	27.505	40.534
Centro-Oeste	290.553	261.971	205.948	157.106

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNAD's de 2001 a 2006

Os resultados visualizados na tabela 1 apontam possível reversão na tendência migratória, notadamente a partir de 2001, nas regiões Norte, Sudeste e Sul. As regiões Norte e Sudeste, que historicamente possuíam saldos positivos, passaram a demonstrar nos últimos anos reversão desta convergência. Por outro lado, a região Sul passou a apontar, nos últimos anos, situação de atração de migrantes – contrastando com as observações dos quinquênios de 1986-1991 e 1995-2000. Entretanto, as regiões Nordeste e Centro-Oeste conservaram sua situação inicial ao longo de toda a série. Enquanto o Nordeste mantém-se, em menor ritmo, ainda como centro de expulsão, refletido pela diminuição nos saldos migratórios negativos, o Centro-Oeste continua sendo um centro de atração de migrantes, ainda que em menor ritmo, – uma vez que proporciona saldos migratórios positivos em toda a série. Contudo, cada região possui dinâmica distinta, que deve ser analisada individualmente a fim de determinar seu real grau de atração/expulsão de migrantes.

Conhecida como região de baixa expulsão de migrantes, e ao mesmo tempo, de forte atração sobre os mesmos em diferentes momentos históricos (ciclo da borracha, expansão das fronteiras agrícolas, exploração de minérios etc.), a região Norte apresentou significativas mudanças nos seus fluxos migratórios, principalmente no quinquênio de 2001 a 2005. Nos primeiros quinquênios analisados esta região exibia saldo migratório positivo expressivo, como pode ser visto no gráfico 1 a seguir.

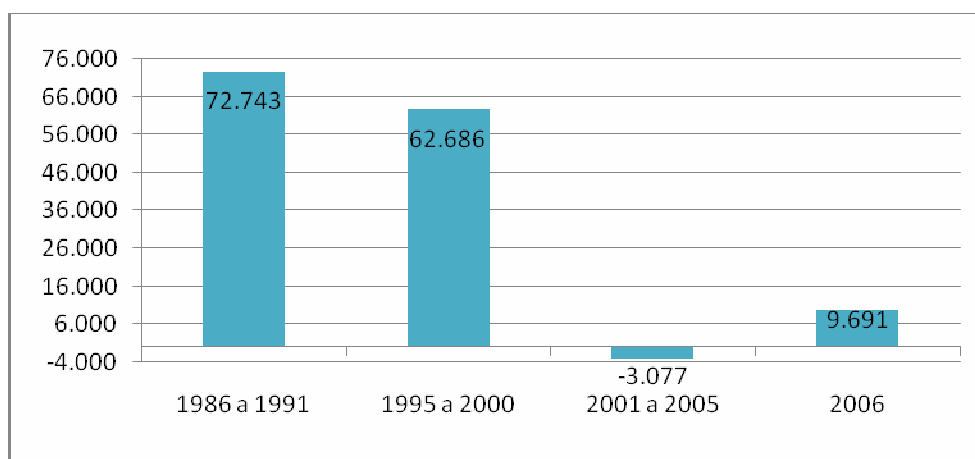


Gráfico 1 – Saldo migratório da região Norte

Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1

Segundo o gráfico 1, durante o quinquênio 1986/1991 a região Norte configurou com saldo migratório positivo de 72.743 migrantes nas suas trocas líquidas entre imigrantes e emigrantes. No quinquênio de 1995/2000 também se constata saldo positivo de 62.686 migrantes, todavia com diminuição de 10.057 migrantes em relação ao segundo quinquênio

da década de 1980. Mas, o que chama atenção é a forte reversão no saldo migratório da Região Norte que passou de positivo entre 1995 a 2000 para negativo em 3.077 migrantes entre 2001 a 2005, que em termos relativo representa redução de 104% em relação ao período analisado anteriormente. Tal situação é revertida no ano seguinte com a constatação de um saldo migratório positivo de 9.691 pessoas.

A possível justificativa para este novo cenário que se desenvolve na região Norte está intimamente ligado ao esgotamento de suas possibilidades extrativistas ou exploratórias. Segundo Baeninger (2002), a literatura caracterizou esta região como “áreas de fronteira em expansão”, que tiveram grande impulso econômico e populacional até a década de 1970; passando, posteriormente, a áreas de população consolidada no período 1986-1991. Porém, o esgotamento econômico refletiu demograficamente na forma de sinais efetivos de perda de dinamismo populacional no período posterior à década de 1990.

Por sua vez, a região Nordeste vem apresentando movimento contrário ao demonstrado pela região Norte. Historicamente esta região caracterizou-se como um centro de expulsão de migrantes, implicando em constantes saldos migratórios negativos, conforme observado ao longo de toda a série. Contudo, estes valores vêm se reduzindo ao longo dos períodos observados. Tal dinâmica pode ser visualizada no gráfico 2 a seguir.

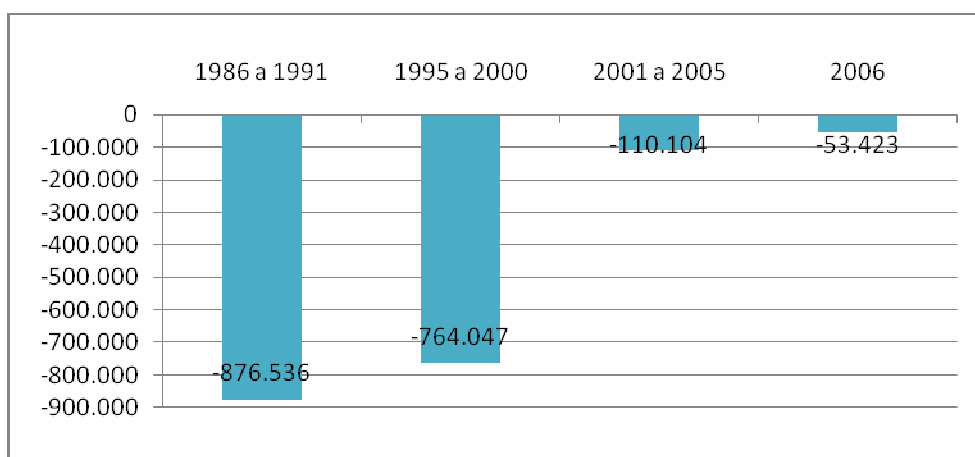


Gráfico 2 – Saldo migratório da região Nordeste

Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1

No período 1986-1991 a região Nordeste obteve saldo migratório negativo de 876.536 migrantes, o maior valor absoluto registrado dentre as cinco regiões brasileiras. Porém, os períodos seguintes mostraram redução progressiva destes valores negativos, evidenciando elevação no número de entradas e/ou redução nas suas saídas. O quinquênio de 1995-2000 apresentou redução de aproximadamente 13% em relação aos valores de 1986-1991, que passou de -876.536 migrantes para um total de -764.047 pessoas. Já no período 2001-2005 esta redução mostra-se mais intensa, chegando a um patamar de 87,5% em referência aos valores de 1986-1991. No ano seguinte a tendência de diminuição dos saldos negativos é corroborada. Comparando aos valores do quinquênio 1986-1991 a redução chegou a aproximadamente 93,4%, sendo que o saldo migratório em 2006 ficou negativo ainda em 53.423 indivíduos. Permanecendo esta tendência, acredita-se que na avaliação do próximo quinquênio e/ou do Censo Demográfico de 2.010, provavelmente será possível presenciar saldos migratórios positivos na região Nordeste, algo inédito na avaliação das migrações no país.

Tal comportamento está relacionado à uma maior incidência de migrantes de retorno que têm regressado para a região nos últimos anos. Em grande parte dos casos, a volta à região de origem está associada às dificuldades encontradas na localidade de destino,

especialmente nas regiões metropolitanas. Brito e Carvalho (2006) aponta alguns fatores determinantes na decisão de retorno ao local de origem:

Os mercados de trabalho e imobiliário estão cada vez mais seletivos, a violência urbana exacerbada. Em síntese, a degradação da qualidade de vida tem levado boa parte dos imigrantes dessas áreas urbanas a reemigrarem para os municípios vizinhos metropolitanos ou a retornarem aos seus Estados de origem. Não seria por outra razão que as principais capitais estaduais, núcleos de metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, têm, nas últimas duas décadas, saldos migratórios negativos e, conseqüentemente, perdido população (BRITO e CARVALHO, 2006, p.452).

O que se evidencia é que as crescentes dificuldades encontradas nos grandes centros urbanos, como altos índices de violência, elevadas taxas de desemprego, formação de favelas nas áreas periféricas, que pode ser interpretadas como conseqüências geradas pelos desequilíbrios populacionais provenientes fluxos migratórios anteriores, tem acirrado as condições de vida nestes locais. Desta forma, isto faz com que apenas a parcela bem mais sucedida dos migrantes permaneça nestes centros, haja vista a precarização das condições de vida. Assim, a decisão de migrar, e, sobretudo de permanecer, está condicionada as condições prevalentes na nova região escolhida. Entretanto, tais fenômenos urbanos acabam por exercer um efeito de seletividade sobre os migrantes, determinando quem permanece ou regressa a área de origem. Isto tem provocado saídas expressivas de população de áreas como a região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como grande parcela destas localidades recebeu migrantes nordestinos em períodos passados, observa-se agora a saídas destes para a sua terra-natal. Neste contexto, o Nordeste é o responsável pela recepção de grande parte deste volume.

Hélio Moura (1999) ao focar as transformações nos padrões migratórios do Nordeste durante a década de 1980 aponta a perda da estabilidade do emprego na região Sudeste, notadamente na RMSP, como um dos grandes motivos para a desintensificação da saída/emigração de nordestinos para esta região. Por outro lado, procura associar o aumento da migração em direção ao Nordeste como um importante fenômeno resultante das exigências do mercado de trabalho e/ou não adequação às novas formas de organização do trabalho e da produção.

Segundo Brito e Carvalho (2006), entre 30 a 40% dos imigrantes do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte vieram de São Paulo no ano de 2004. Isto mostra que está havendo uma nova tendência migratória entre o Nordeste e o Sudeste. Em um momento inicial, até a década de 1980, havia um fluxo considerável de migrantes nordestinos para o Sudeste. Atualmente, o fenômeno acontece de forma contrária, onde a elevação das saídas do Sudeste reflete sobre o Nordeste na forma de elevações dos casos de migrações de retorno. Esta situação pode ser representada através dos dados expressos na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Número de imigrantes e de imigrantes retornados do estado de São Paulo entre 1999-2004

Perfil	Piauí	Ceará	R. G. do Norte	Paraíba	Sergipe
Imigrantes	119.646	141.680	73.494	138.328	45.843
Imigrantes de São Paulo	47.023	50.211	31.362	42.039	11.712
Percentual	0,393	0,354	0,426	0,303	0,255
Retornados	75.246	83.114	36.068	71.901	18.100
Retornados de São Paulo	35.003	38.150	19.191	27.122	7.028
Percentual	0,465	0,459	0,532	0,377	0,388

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Brito e Carvalho (2006)

Na tabela mostrada anteriormente visualiza-se número de imigrantes e imigrantes retornados de cinco Estados representativos da região Nordeste: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. Nos cinco Estados analisados percebe-se que o percentual de imigrantes de retorno provenientes apenas do estado de São Paulo sobre o valor total foi bastante representativo. Este percentual foi de 46% para o Piauí, 45% para o Ceará, 53% no Rio Grande do Norte, 37% para a Paraíba e de 38% para o estado do Sergipe.

Enquanto a região Nordeste registra redução no seu volume de expulsão e aumento na atração de migrantes; a região Sudeste vem recentemente mostrando movimento contrário ao que se observava em décadas passadas. Reconhecida como região de grande atração de migrantes, ela vem apresentando reversão na sua situação migratória, como pode ser visto no gráfico 3 a seguir.

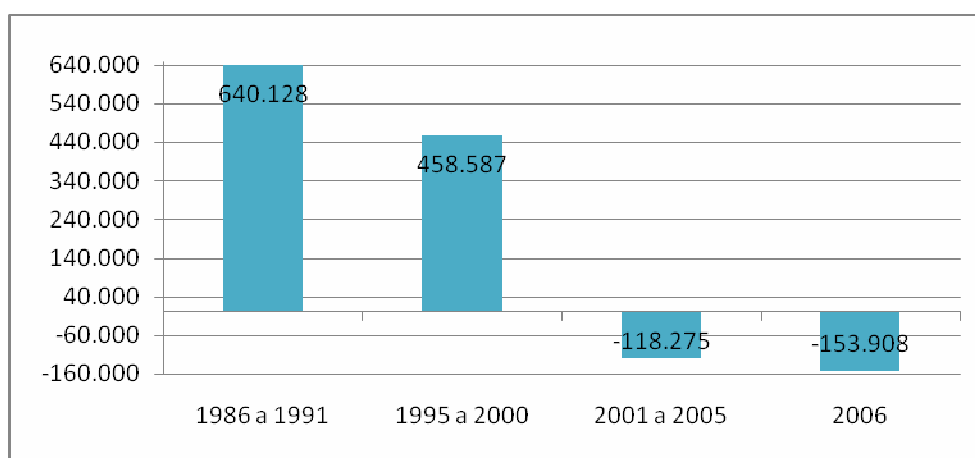


Gráfico 3 – Saldo migratório da região Sudeste

Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1

Os dois primeiros quinquênios analisados exibiram saldos migratórios positivos bastantes significativos. O período de 1986-1991 registrou saldo positivo de 640.128 indivíduos, enquanto que no período 1995-2000, apesar do registro positivo, houve redução nestes valores, ao passar de 640.128 no quinquênio de 1986 a 1991 para 458.587 entre 1995 a 2000, que implica numa diminuição nas suas trocas líquidas, sendo o saldo final aproximadamente menor em 28%. Contudo, os primeiros anos do século XXI, segundo os dados das PNADs de 2001 a 2006, apontam resultados mais surpreendentes. Comparado ao quinquênio anterior, o período 2001-2005 revelou redução de aproximadamente 126%, perfazendo saldo negativo de 118.275 migrantes ao passar de um saldo positivo de 458.587 migrantes, que em termos absoluto representa uma diminuição de 576.862 migrantes. Esta tendência é confirmada em 2006, que obteve um déficit migratório ainda maior, nas suas trocas líquidas, perfazendo um total de perda populacional no valor de 153.908 pessoas, valor aproximadamente 30% superior em relação ao período de 2001/2005. Estes resultados indicam que provavelmente a região Sudeste já não exerce como em décadas passadas grande poder de atração sobre os migrantes do país, que passaram a dirigir-se para outras regiões e/ou em muitos casos estão fazendo migrações de curta distância, intra-regional ou intra-estadual. Somente os dados do Censo de 2010 irão apontar ou não para esta tendência inédita ao longo de sua história migratória.

Estes resultados em boa medida tem sido consequência da manifestação de um processo de saídas de indivíduos da região, em sua maioria dos antigos migrantes que ali adentraram em períodos passados, ou pelo seus descendentes. Segundo Brito e Carvalho (2006), os saldos migratórios negativos apresentados pelo estado de São Paulo nos anos

recentes, e conseqüentemente pela região Sudeste, são produto do aumento do número de emigrantes e o declínio do montante de imigrantes interestaduais.

Cano (1997) argumenta que a maturação dos investimentos pelo restante do país agiu no sentido de reduzir os fluxos destinados à região Sudeste, principalmente para o estado de São Paulo. Este autor aponta ainda que a baixa atratividade da região fosse resultado do processo de desconcentração produtiva, que teria induzido o crescimento das migrações de retorno.

Acrescenta-se a isto o fato de que a partir da década de 1980, as dificuldades nas condições de vida nesta região cresceram subitamente, geradas pela crise econômica e social, concentrada principalmente nas grandes metrópoles. Em outras palavras, a seletividade migratória no lugar de destino tornou-se mais rigorosa. A soma destes fatores acabou por repercutirem decisivamente sobre o crescimento da população da região Sudeste nas últimas décadas. Isto pode ser comprovado a partir da análise da tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Taxa de crescimento da população por períodos

Áreas	Taxas de crescimento (% ao ano)		
	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Brasil	2,48	1,93	1,61
Região Sudeste	2,64	1,77	1,58
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,76

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Baeninger (2002)

Conforme pode ser visualizado na tabela anterior, durante o período 1970/1980, caracterizado pelos elevados índices de crescimento econômico, a região Sudeste apresentou taxa de crescimento populacional superior às do próprio país. Enquanto o Brasil mostrou taxa de crescimento de 2,48% o Sudeste obteve crescimento na ordem de 2,64%, estimulado principalmente pelo estado de São Paulo – que apresentou taxa de 3,49%. Nos períodos seguintes, marcados pela diminuição da atividade econômica e redução nas suas taxas de crescimento, observa-se no período 1980/1991 redução geral nas taxas de crescimento populacional dos centros urbanos, conseqüências dos efeitos das saídas registradas nestas localidades. Neste espaço temporal, o Brasil apresentou taxa de crescimento populacional de 1,93%, superior aos 1,77% de São Paulo, mas inferior aos 2,13% apresentados pelo estado de São Paulo. Observa-se aqui, a reversão das taxas de crescimento populacional do Sudeste, que passou a ser inferiores a média nacional. Tal tendência se mantém entre 1991/2000, quando novamente a taxa de crescimento da região Sudeste foi de 1,58%, inferior a média do país, que apresentou valores de 1,61% - valor inferior aos 1,76% apresentado pelo estado de São Paulo. Assim, evidencia-se a redução dos índices de crescimento populacional da região Sudeste como um todo.

Paralelamente as mudanças nos saldos migratórios da região Sudeste a partir de 2001, de centro de atração para expulsão, a região Sul vem recuperando desde o último quinquênio do século passado (1995/2000) sua capacidade de atrair migrantes e/ou retê-los na região. Os recentes dados das PNADs apontam para importantes inflexões no saldo migratório da região. Após ostentar expressivos saldos negativos em períodos passados, esta região começa a exibir saldos positivos, revertendo sua situação migratória, conforme exposto no gráfico 4 a seguir.

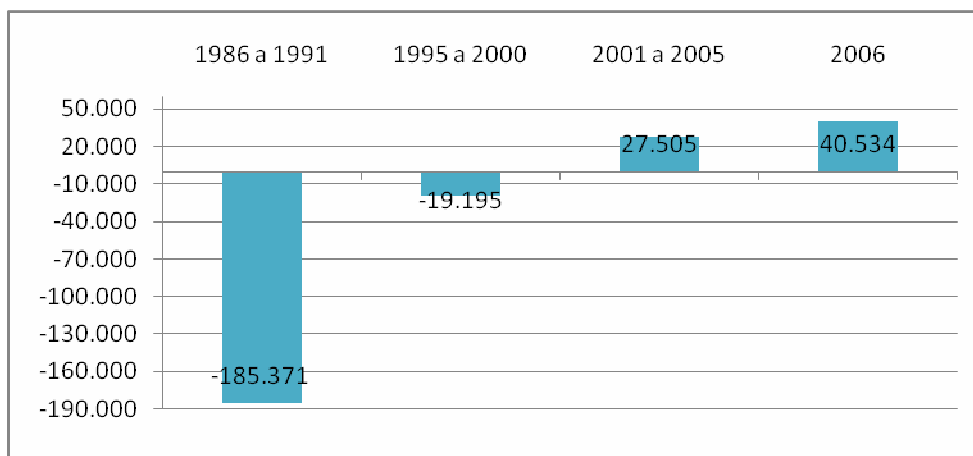


Gráfico 4 – Saldo migratório da região Sul
Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1

No período 1986-1991 registrou-se saldo negativo de 185.371 migrantes, o que caracterizaria a região como grande expulsora de mão-de-obra. Porém, tal situação demonstrou indícios de reversão no quinquênio posterior. Entre 1995-2000 o déficit migratório registrado foi de 19.195 indivíduos, valor aproximadamente 89% menor que o apurado no período anterior. Já o quinquênio 2001-2005 exibiu saldo migratório positivo de 27.505 indivíduos. Este valor representou reversão em aproximadamente 243% sobre os valores registrados no período anterior. No ano seguinte esta tendência é ratificada com um novo saldo positivo de 40.534 indivíduos, o que incorre num crescimento em torno de 47% sobre os valores registrados no período de 2001/2005. Assim, tem-se que a região Sul desponta no cenário contemporâneo como um possível pólo ascendente de atração de migrantes internos no Brasil.

Conforme ressaltado nas observações iniciais, a região Sul tipificava historicamente como área de expulsão de migrantes, dado seus expressivos saldos migratórios negativos. Contudo, a partir da década de 1990, as modificações impostas as demais regiões impulsionaram nova dinâmica à região, tornando-a numa áera de atração.

Desde a sua ocupação, e mais especificamente após a criação do Distrito Federal, como a nova sede do governo nacional, a Região Centro-Oeste caracterizou-se por ser um centro de atração de mão-de-obra. Tal hipótese é reafirmada através da obtenção de resultados que apontam a formação de saldos migratórios positivos em todos os períodos analisados. Contudo, tais valores vêm apresentando tendência decrescente, conforme pode ser visto no gráfico 5 a seguir.

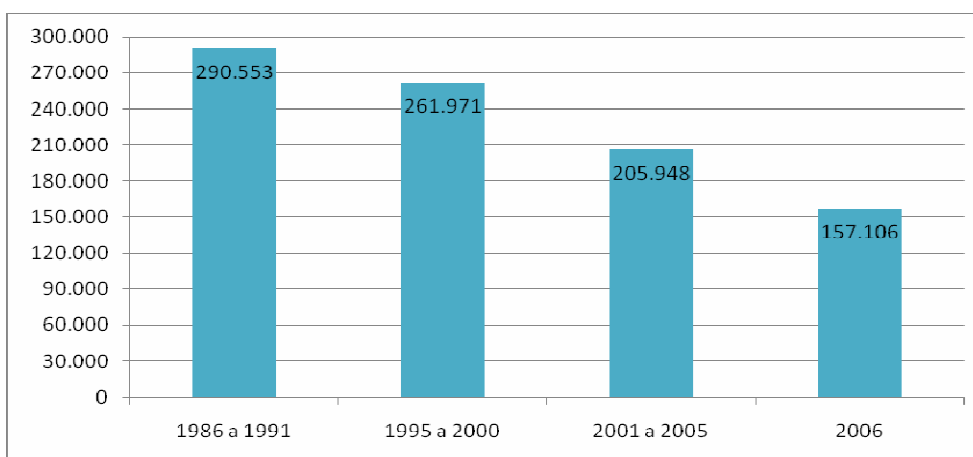


Gráfico 5 – Saldo migratório dos estados da região Centro-Oeste
Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1

No período 1986-1991, a região Centro-Oeste apresentou saldo migratório positivo de 290.553 indivíduos, valor considerado bastante expressivo, ficando atrás apenas da região Sudeste. Porém, ao longo da série estes valores apresentaram redução gradativa. Comparado ao período anterior, o quinquênio 1995-2000 mostrou redução de aproximadamente 10%, ao passar de 290.553 migrantes entre 1986 a 1991 para 261.971 pessoas entre 1995-2000. Em relação ao período de 1986 a 1991, esta redução foi de 29% do valor inicialmente obtido. Os primeiros anos do século XXI mantêm a tendência observada nos dois últimos Censos do século XX. No quinquênio de 2001 a 2005 o saldo migratório da região foi de 205.948 migrantes, que representa diminuição de 56.023 indivíduos em relação ao quinquênio anterior. No ano seguinte, ou seja, em 2006, o saldo migratório obtido era de 157.106 migrantes, com redução em torno de 46% em relação ao período 1986-1991. Esta tendência de queda nos valores positivos demonstra mudanças na região que desde a década de 1980, assim como a Região Sudeste, se configuravam como pólo de atração populacional

Tais resultados são atribuídos em boa medida ao esgotamento da fronteira agrícola na região Centro-Oeste. A uma nova dinâmica demográfica na qual a região Centro-Oeste está inserida. Segundo Baeninger (2002), esta região recebeu migrações significativas no período de expansão das fronteiras agrícolas, décadas de 1970 e 1980. Contudo, o fim da década de 1980 e o início da década de 1990 foram caracterizadas pela redução dos fluxos migratórios de longa distância que se dirigiam às fronteiras agrícolas. Dentro desta nova dinâmica que se desenhava a região passou a perder expressivos contingentes de mão-de-obra, principalmente associados à migração de retorno, especialmente para os estados da região Nordeste e Sul. O fato de ter sido uma região de absorção de fluxos de longa distância fez com que a região Centro-Oeste sofresse reduções expressivas na sua população ao longo da década de 1990, cujos habitantes passaram a buscar outros Estados, ou simplesmente, voltaram aos seus Estados de origem. Conforme Baeninger (2000), em regiões como o Centro-Oeste, que receberam muitos imigrantes em períodos passados a proporção de migrantes de retorno sobre o total de sua imigração foi bastante expressiva nos movimentos intra-regionais do que nos inter-regionais, indicando o intenso deslocamento de ida e volta entre estados da mesma região. Sobre tal dinâmica, Baeninger (2000) afirma:

No Centro-Oeste houve um aumento da proporção da imigração intra-regional para todos os seus estados, refletindo a importância crescente dos deslocamentos populacionais internos e, sobretudo, a emergência de uma área de expansão metropolitana que extravasa os limites políticos-administrativos de uma UF; trata-se de Brasília e seu entorno, cujos municípios são pertencentes ao Estado de Goiás. O Distrito Federal já registrava, no período 1986-1991, uma perda populacional de 40.135 pessoas para Goiás, volume que se elevou para 63.118 migrantes, no período 1991-1996 (BAENINGER, 2000, p.19).

5. SALDOS MIGRATÓRIOS NOS ESTADOS BRASILEIROS ENTRE 1986 A 2006

As flutuações vista para as cinco grandes regiões brasileiras, podem ser melhor compreendidas a partir da dinâmica estadual. A participação de cada Estado na formação destes valores pode ser visualizada na Tabela 4.

Segundo Pacheco e Patarra (1997), é a partir da década de oitenta que se inicia as mais diferenciadas e/ou diversificadas mudanças na dinâmica populacional brasileira, através do aparecimento de novos padrões migratórios. Ou, como afirma Baeninger (1998), que já em meados da década de setenta, começa a se verificar no Brasil e, especificamente no estado de São Paulo, dois movimentos interligados, desconcentração econômica e populacional, que

implicarão a partir da década de oitenta em diante, em mudanças na direção e sentido dos fluxos migratórios

Nesse sentido, observa-se que no tocante aos Estados da região Norte, os fluxos migratórios no primeiro e no segundo quinquênio analisado (1986/2000), o saldo positivo da região (veja Tabela 1) é produto das contribuições dos estados de Rondônia com 43.189 migrantes; Amazonas 46.050 migrantes; Roraima, 62.062 migrantes; Amapá com 45.963 migrantes; e Tocantins, com 23.436 migrantes. A soma destes valores apresenta um saldo positivo de 220.664 migrantes, algo que é diminuído em função dos déficits migratórios apresentado pelos estados do Acre, com -3.800 migrantes; e Pará, com -81.435 migrantes. No período posterior estes Estados ainda são representativos, a exceção do Tocantins. Nos dois períodos iniciais o estado do Pará apresentou valores negativos significativos.

Tabela 4 - Saldos migratórios dos estados brasileiros entre 1986 a 2006

Unidades da Federação	Saldos Migratórios			
	1986 a 1991	1995 a 2000	2001 a 2005	2006
Rondônia	32.599	10.590	-22.493	-20.801
Acre	-1.364	-2.436	-724	4.608
Amazonas	15.080	30.970	-611	-2.808
Roraima	28.653	33.373	21.010	29.531
Pará	-29.240	-52.195	10.795	23.432
Amapá	16.494	29.469	11.201	-1.946
Tocantins	10.521	12.915	-22.255	-22.325
Maranhão	-134.479	-173.653	-71.919	-66.707
Piauí	-66.498	-52.075	-8.103	-11.352
Ceará	-123.512	-23.785	31.705	38.329
Rio Grande do Norte	-874	6.630	24.886	30.423
Paraíba	-85.156	-61.480	10.200	-25.661
Pernambuco	-145.554	-115.419	-10.221	-10.044
Alagoas	-51.751	-71.983	-43.952	-35.125
Sergipe	13.765	-4.817	-3.291	-6.303
Bahia	-282.477	-267.465	-39.409	33.017
Minas Gerais	-107.511	39.124	47.360	39.435
Espírito Santo	44.512	34.001	39.741	55.351
Rio de Janeiro	-41.671	45.536	-78.433	-41.596
São Paulo	744.798	339.926	-126.943	-207.098
Paraná	-206.113	-39.686	-21.887	-11.919
Santa Catarina	45.301	59.986	76.783	89.946
Rio G. do Sul	-24.559	-39.495	-27.391	-37.493
Mato G. do Sul	19.023	-11.029	15.734	39.818
Mato Grosso	108.574	42.575	88.794	56.512
Goiás	111.396	202.802	135.567	73.560
Distrito Federal	51.560	27.623	-34.147	-12.784

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 e PNAD's de 2001 a 2006

No quinquênio 2001-2005, o saldo migratório negativo deveu-se principalmente ao déficit migratório registrado em Rondônia, com -22.493 migrantes; e Tocantins, com -22.255 migrantes; e do saldo praticamente nulo apresentado pelo estado do Amazonas – saldo negativo de apenas -611 migrantes. Por sua vez, o saldo positivo obtido pela região em 2006 foi impulsionado pelos valores positivos de Roraima e Pará, juntos eles apresentaram um saldo positivo 52.963 migrantes; apesar das perdas registradas em Rondônia e Tocantins, que totalizaram -43.126 migrantes. Com exceção de Roraima, todos os Estados tiveram alterações nas suas tendências migratórias. Nos dois períodos finais a participação do estado do Amazonas foi não-representativa, evidenciando perda da capacidade de atração que este Estado possuía anteriormente. Deve-se destacar que em todas as observações o estado do Acre obteve valores pouco expressivos, sendo que sua participação não influenciou na dinâmica da região.

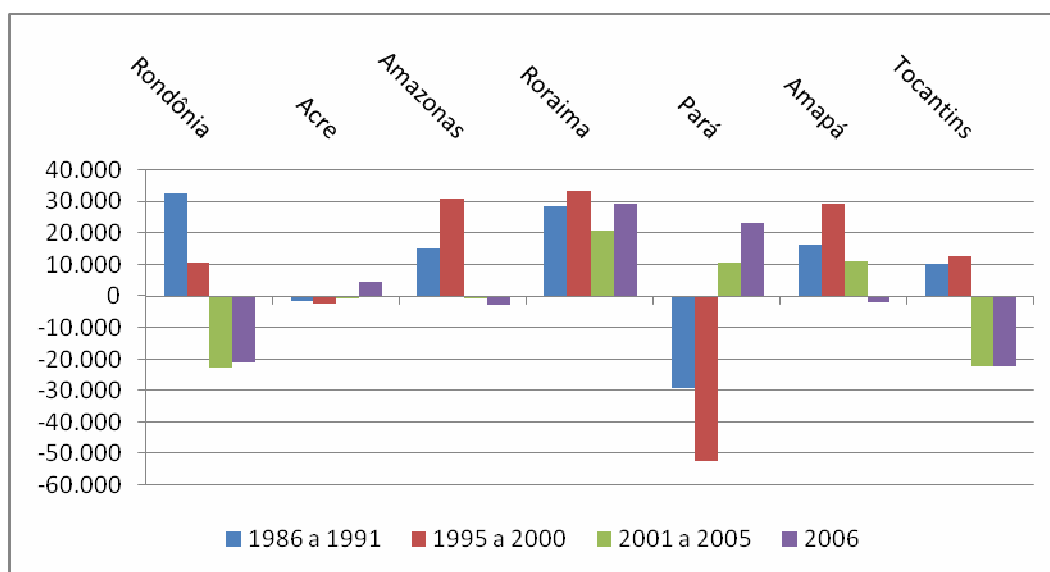


Gráfico 6 – Saldo migratório dos estados da região Norte
Fonte: Elaborado a partir da Tabela 2

Com relação aos estados do Nordeste brasileiro, os expressivos saldos negativos registrados nos dois primeiros períodos na região devem-se ao volume de saídas registradas pelos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Paraíba e Piauí. Nos dois períodos avaliados estes Estados perderam 1.531.553 migrantes, o que representa 82% do total de migrantes expulsos em ambos os períodos analisados. Após o ano 2000 tais Estados mostraram uma nova dinâmica, refletindo na redução do contingente de expulsão na região Nordeste.

Sem dúvida as alterações observadas na geografia econômica do país, os novos rumos da área metropolitana de São Paulo sintetizam com clareza esta questão. A metrópole perde importância em termos industriais e, paulatinamente desacelera-se seu crescimento demográfico. Desse modo, às significativas mudanças na mobilidade populacional a partir dos anos 1980, por um lado parece estar relacionado com a melhoria na dinâmica econômica do Nordeste entre 1970/00, e com a redução do crescimento econômico da grande São Paulo, que teve como principal consequência o baixo crescimento dos níveis do emprego formal na indústria de transformação, e pode tanto ter incentivado uma menor migração em direção a esta região, como favorecido a migração de retorno, notadamente para Minas Gerais e o Nordeste (PACHECO, 1992; MARTINE, 1994).

Entre 2001 e 2006 estes seis estados apresentaram saldo negativo de apenas 130.165 indivíduos, que representa um valor de cerca de 80% das perdas da região. Se estabelecermos

uma comparação aos valores destes estados em destaque tem-se que os valores pós 2000 apresentam redução de aproximadamente 90% em relação aos valores dos períodos 1986 a 2000. Este novo cenário pode ser visualizado no gráfico 7 a seguir.

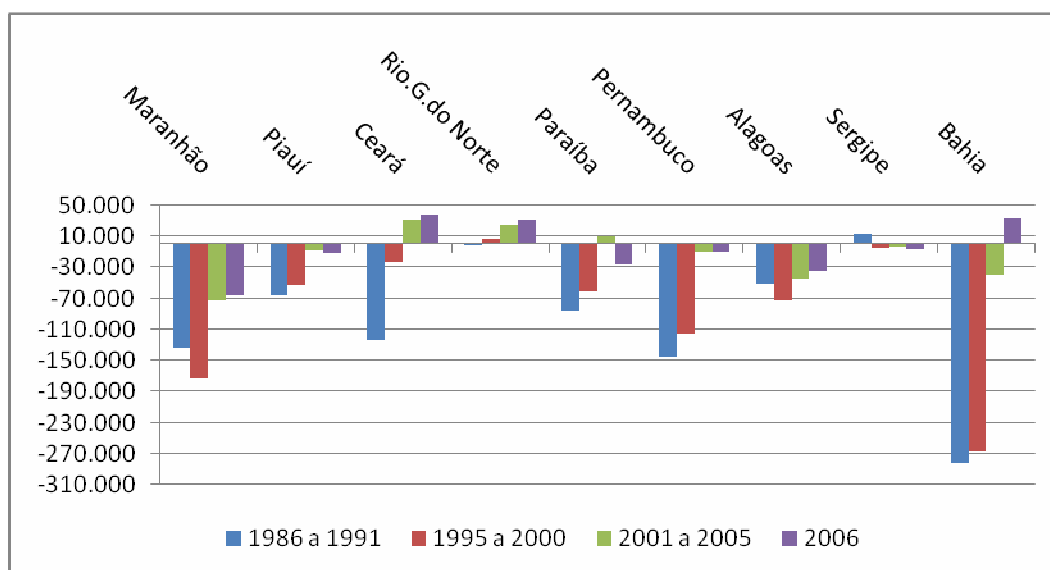


Gráfico 7 – Saldo migratório dos estados da região Nordeste

Fonte: Elaborado a partir da Tabela 2

Entre 2001-2005 registrou-se redução expressiva nos saldos migratórios nos Estados da Bahia, cerca de 85%; Pernambuco, com redução de 91%; Piauí, de aproximadamente 85%; Maranhão, com redução de quase 59%, Paraíba e Ceará, que apresentaram saldo positivo de 10.200 e 31.705 migrantes, respectivamente². No ano seguinte, ou seja, em 2006, destacaram-se os saldos positivos apresentados pelos Estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, bem como os baixos valores negativos observados para o Piauí (11.352) e o Pernambuco (10.044). Neste mesmo ano, o Maranhão (66.707) e Alagoas (35.125) apresentaram os maiores saldos negativos dentre os estados nordestinos, contribuindo para os valores negativos apresentado pela região. Por sua vez, o estado de Sergipe não mostrou grande impacto na dinâmica da região como um todo.

A análise dos estados da Região Sudeste revela importantes mudanças à nível estadual, notadamente a partir dos dados recentes das PNADs, destacando-se por um lado o Estado do Rio de Janeiro que passou de saldo migratório positivo no último quinquênio do século passado para negativo no limiar do século XXI. Já o Estado de São Paulo surpreende ao passar de saldo migratório positivo ao longo dos últimos dois Censos Demográficos para negativo a partir do primeiro quinquênio do novo século. As flutuações nos saldos migratórios sofridas por estes estados podem ser visualizadas no gráfico 8 a seguir.

² Valores percentuais estimados em relação ao período 1991-1995.

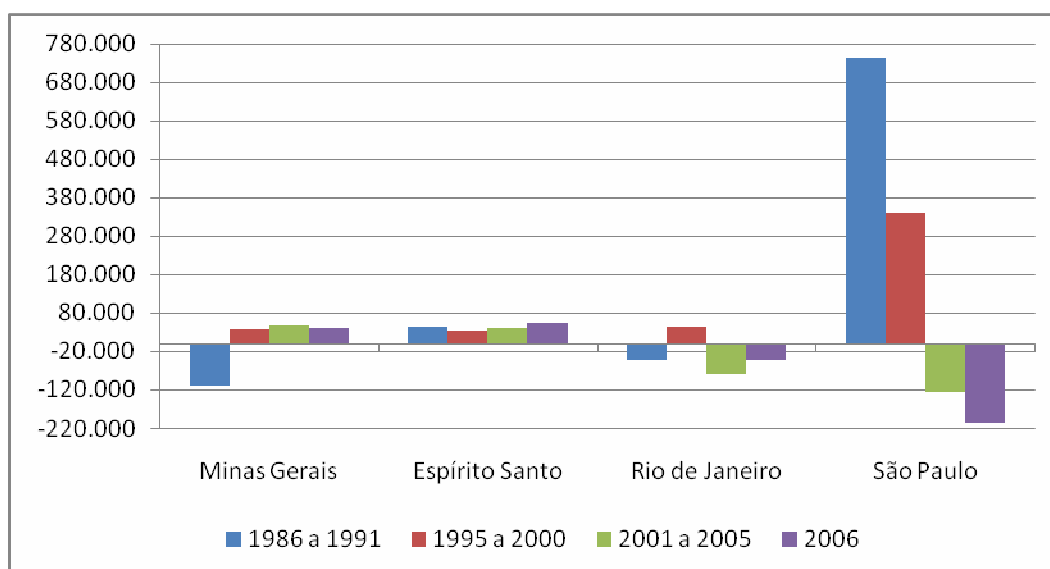


Gráfico 8– Saldo migratório dos estados da região Sudeste
Fonte: Elaborado a partir da Tabela 2

Nos quatro períodos abordados os estados de Minas Gerais e Espírito Santo demonstraram significativos saldo migratórios positivos, que permaneceram estáveis ao longo do tempo – exceção feita a Minas Gerais, que obteve saldo negativo de 107.511 no período 1986-1991. O Estado do Rio de Janeiro intercalou saldos positivos e negativos ao longo da série, mas nada que influísse decisivamente sobre os resultados finais da região. Tais valores foram incisivamente determinados pelo comportamento demonstrado por São Paulo. No primeiro quinquênio avaliado, este Estado mostrou saldo migratório positivo de 744.798 indivíduos. No período seguinte, registrou redução de aproximadamente 54% no contingente de migrantes atraídos em relação à observação anterior. Todavia, entre 2001-2005 presenciou-se a formação de um saldo migratório negativo de 126.943 pessoas, no estado de São Paulo, o que significa uma queda de cerca de 137% em relação ao valor positivo registrado entre 1995-2000. No ano de 2006 esta situação é ratificada com um saldo negativo de 207.098 migrantes, que expressa crescimento próximo de 63% sobre o saldo registrado anteriormente. Desta forma, a flutuação da região Sudeste está fortemente relacionada ao comportamento exibido pelo estado de São Paulo, como pôde ser comprovado anteriormente. Tais resultados encontram explicações nos argumentos de Queiroz e Targino:

Foi o estado de São Paulo, com especial destaque para sua região metropolitana, quem mais sentiu o “peso” da crise. O significativo aumento da taxa de desemprego mostra claramente que a partir dos anos 1980, em especial na década de 1990, a metrópole paulista perde importância em termos de oferta, qualidade e estabilidade do emprego, ocasionando o retorno de migrantes para as respectivas terras natais e desestimulando a entrada de migrantes em todo o estado de São Paulo (QUEIROZ E TARGINO, 2007, p.2).

Para os estados do Sul do Brasil, os resultados dessa região são consequência das significativas mudanças observadas nos estados de Santa Catarina e do Paraná. Enquanto o primeiro mostrou crescimento de seus contingentes migratórios, o segundo reduziu expressivamente os saldos negativos que comumente apresentava. Tal flutuação pode ser vista no gráfico 9 a seguir.

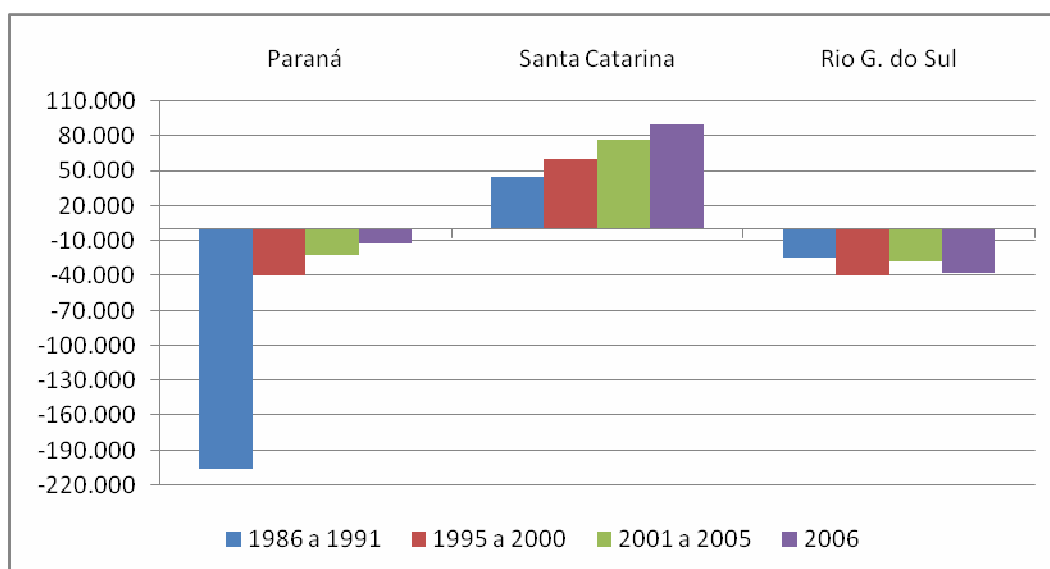


Gráfico 9 – Saldo migratório dos estados da região Sul
Fonte: Elaborado a partir da Tabela 2

O Estado do Paraná mostrou significativo déficit migratório de 206.113 indivíduos no primeiro período analisado. Posteriormente, no quinquênio 1995-2000 este valor reduziu-se em cerca de 80% do valor inicialmente abordado. Este resultado foi corroborado pelos valores seguintes, que mostraram redução na ordem de 84%, entre 2001-2005, e de 94%, registrada em 2006³. O Estado de Santa Catarina mostrou elevações constantes no seu saldo migratório positivo, com valores de 45.301 migrantes entre 1986-1991; 59.986 entre 1995-2000; 76.783 entre 2001-2005 e 89.946 em 2006, o que representa taxas de crescimento de 32%, 28% e 17%, respectivamente. Já o Estado do Rio Grande do Sul revelou pequenas oscilações nos seus saldos migratórios negativos, com média aproximada de 32.000 migrantes. Ao manter seus valores praticamente constantes, este estado não exerceu participação na reversão da tendência migratória da Região Sul.

No tocante aos estados da Região Centro-Oeste, no quinquênio 1986-1991 os saldos migratórios positivos foram expressivos em Mato Grosso, Goiás e no Distrito Federal, sendo que estes estados responderam por cerca de 93% das migrações. No quinquênio seguinte destacou-se o crescimento do saldo positivo do estado de Goiás, que proporcionou expansão de quase 82% em relação ao valor anterior. O estado de Mato Grosso apresentou neste período redução de cerca de 60% do seu saldo positivo. Tal redução também foi acompanhada pelo Distrito Federal, que obteve queda de 53% em relação aos valores do período 1986-1991.

³ Em relação ao período 1986-1991.

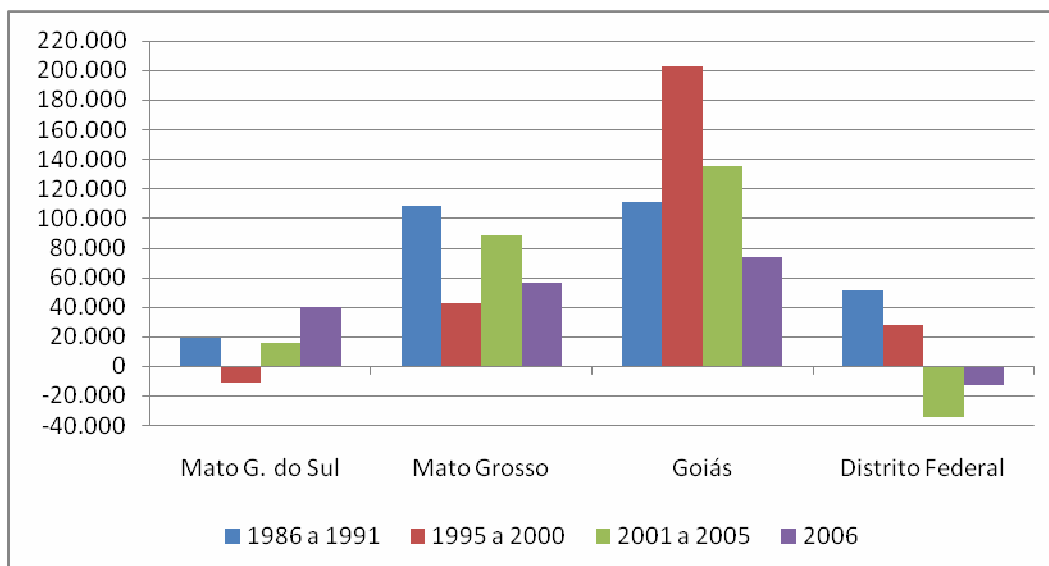


Gráfico 10 – Saldo migratório dos estados da região Centro-Oeste
Fonte: Elaborado a partir da Tabela 2

Após o ano de 2000, acentuou-se o processo de redução dos saldos migratórios. O estado de Goiás exibiu redução de 67% em seu saldo migratório no quinquênio 2001-2005; enquanto o Distrito Federal obteve saldo negativo de 34.147 migrantes. Apesar de exibir pequena variação, o estado de Mato Grosso manteve seu saldo migratório próximo dos patamares de 1986-1991, com 88.794 migrantes, superando em 108% o valor apresentado entre 1995-2000 – que foi de 42.575 indivíduos. Em 2006, novos decréscimos são verificados. O Distrito Federal registra um novo saldo negativo de 12.784, valor quase 63% inferior ao verificado anteriormente. Os estados de Mato Grosso e Goiás registram reduções de 36% e 45%, respectivamente, em seus saldos migratórios. Já o Mato Grosso do Sul demonstrou oscilações entre valores positivos e negativos, sendo a última observação um valor positivo de quase 40.000 migrações. Assim, pode-se inferir que a tendência de redução dos saldos migratórios na região Centro-oeste é fruto das variações ocorridas principalmente nos estados de Goiás, Mato Grosso e no Distrito Federal.

6. Considerações Finais

O presente trabalho se propôs a analisar as recentes mudanças nos fluxos migratórios no Brasil na tentativa de descrever a dinâmica populacional contemporânea, haja vista que o cenário demográfico atual tem apontado para uma nova tendência nos deslocamentos migratórios.

Dentro do contexto abordado, os deslocamentos migratórios são interpretados como respostas aos fenômenos econômicos impostas pela mão-de-obra na procura de uma região que lhe promova melhores condições de trabalho e remuneração. Contribuições teóricas dentro desta concepção foram estabelecidas por autores como Ravenstein, Lee, Sjaastad, Arthur Lewis, T. Schultz e Paul Singer; onde a relevância destas proposições manifesta-se ao serem postas na discussão da dinâmica migratória brasileira.

Durante o período do Estado Desenvolvimentista, de 1930 até o início dos anos 1980, o crescimento econômico brasileiro foi pautado na indústria concentrada na região Sudeste. Tal fato levou a formação de um fluxo de migrantes, oriundos das diversas regiões, em direção ao Sudeste, especialmente ao estado de São Paulo. Neste contexto, o Nordeste e o Sul

do país tornaram-se regiões de expulsão de migrantes, enquanto o Centro-Oeste e o Norte passaram a atrair migrantes por meio da expansão de suas fronteiras agrícolas.

Contudo, a partir da década de 1980 inicia-se um movimento de reversão destes fluxos migratórios. Estas modificações foram resultado das inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trará consigo vários efeitos em termos políticos, econômicos e sócio-demográficos. Tais mudanças exercem efeitos decisivos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na região para a qual migrou. Desta forma, algumas regiões passaram a apresentar modificações estruturais significativas em seus movimentos migratórios.

Os resultados obtidos atestaram possível reversão nos recentes fluxos migratórios para algumas regiões em estudo. A região Norte apresentou redução expressiva no seu saldo migratório positivo, indicando provável esgotamento econômico de sua fronteira agrícola. Isto se refletiu em uma redução de aproximadamente 85% no volume dos saldos migratórios entre os períodos 1995-2000 a 2006; sendo esta redução ainda mais representativa nos estados do Amazonas e Tocantins, pois passaram a apresentar saldos negativos.

Por sua vez, a região Nordeste vem reduzindo consideravelmente a dimensão de saldos migratórios negativos, cujo déficit migratório em 2006 apresentou redução de cerca de 93% em relação aos do período 1995-2000; com destaque para os estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte que também em 2006 exibiram significativos saldos positivos.

A região Sudeste apresentou inflexão em seus saldos migratórios, saindo de valores altamente positivos na década de 1980 e 1990 para uma situação de déficit migratório já na década de 2000, com 118.275 saídas entre 2001 a 2005, situação que se confirmou em 2006 com o registro de uma perda líquida de 153.908 migrantes. Tais resultados foram influenciados exclusivamente pelo estado de São Paulo, que sofreu perda líquida de 126.943 pessoas, em 2001-2005, e de 207.098 migrantes em 2006.

O Centro-Oeste mostrou considerável redução nos seus saldos positivos, demonstrando reduções, que em relação ao período 1995-2000, chegaram a 21%, em 2001-2005, e 78%, em 2006. Estes resultados evidenciam a diminuição do seu poder de atratividade, refletindo no aumento das suas saídas.

Por fim, a região Sul tornou-se área atração de migrantes, saindo de um déficit migratório de 19.195 migrantes registrado entre 1995-2000 para seguidos superávits entre 2001-2005 e 2006, com valores líquidos positivos de 27.505 e 40.534 pessoas, respectivamente. Tais resultados vêm contrariar a tendência histórica de expulsão de indivíduos apresentada pela região até o ano de 2000.

Deve-se destacar que há indícios que estas tendências de reversão dos fluxos migratórios no território nacional sejam estabelecidas pelo fortalecimento das migrações de retorno, principalmente como mecanismo de reversão dos saldos migratórios regionais e estaduais – especialmente nas regiões Sul e Nordeste, onde nesta última destacam-se os superávits registrados pelos estados do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

Evidenciou-se que a expulsão de mão-de-obra dos grandes centros urbanos está fortemente correlacionada à estrangulação estrutural e social destas localidades, acarretando num claro cenário de deteriorização das condições de vida. Isto vem refletir, por um lado, na motivação destes contingentes buscarem novas oportunidades em outras regiões e, por outro lado, inibindo as saídas em outras regiões e Estados, antes tidos como expulsoras. Além disto, o processo de desconcentração econômica e os incentivos fiscais oferecidos por diversos Governos estaduais vêm proporcionando à Estados fora da região Sudeste - oportunidade de expansão das suas atividades econômicas, especialmente aquelas ligadas à indústria intensiva em mão-de-obra (têxtil, calçadista e alimentícia) e serviços – especialmente o turismo. Isto tem estimulado a permanência de trabalhadores nestas localidades, restringindo o número de saídas em direção aos grandes centros urbanos.

Mantendo-se tal tendência na dinâmica migratória brasileira, acredita-se que as ratificações das proposições aqui indicadas possam ser comprovadas através dos dados do Censo Demográfico de 2010.

7. Referências Bibliográficas

BAENINGER, Rosana. **Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo?** Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas, SP: MPC Artes Gráficas em Papel, 2002.

_____. **Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90.** In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte - MG: ABEP, 2000.

_____. **A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população.** In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, MG, p.729-772,1998.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno de. **As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes.** Parcerias Estratégicas (Brasília), v. 22, p. 441-455, 2006.

CANÇADO, Raquel Pitella. Migrações e convergências no Brasil: 1960-91. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n.2, p.211-236, abr/jun. 1999.

CANO, Wilson. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95.** In: Economia e Sociedade. Campinas, Jun, 1997.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, **texto para discussão n.329**, jan, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos.** Rio de Janeiro: IBGE, diversos anos. CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001-2006. CD-ROM

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coordenador.). **Migrações internas:** textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 89-114.

LEWIS, W. A. **Economic development with unlimited supplies of labour.** Manchester school of economics and social studies, p. 139-192, may. 1954.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA/DIPES, texto para discussão n.633, mar, 1999.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: **Migração, Condição de Vida e Dinâmica Urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas, SP: UNICAMP. IE, p.24-52, 1997.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; TARGINO, Ivan. **Ceará**: migração de retorno e de não-naturais durante a década de 1990. Anais do V Encontro Nacional sobre Migração. Campinas: ABEP, 2007.

RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coordenador). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 19-88.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 115-143.